

CONFLITOS ENTRE O LEÃO E A BAIANA EM TORNO DA SOMBRINHA: O FREVO DUPLICADO E A AFIRMAÇÃO DA PERNAMBUCANIDADE (1979-1986)

LEANDRO PATRICIO SILVA*

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a afirmação da identidade pernambucana na primeira metade dos anos 80, a partir dos conflitos gerados no campo discursivo de Pernambuco em face da apropriação do frevo pelos baianos. Confrontando informações de periódicos oficiais e extra-oficiais do período, numa abordagem histórico-social da cultura, percebemos que o frevo, considerado um dos principais identificadores de Pernambuco, passava a ser tomado por alguns baianos como definidor da Bahia. Num momento histórico marcado por diversas crises, as denúncias dos pernambucanos da apropriação baiana do frevo faziam parte de uma conjuntura mais ampla, ligada aos valores do Regime Militar, à abertura política, à crise econômica, à crise da SUDENE, ao turismo, às indústrias culturais e à globalização, que colocaram a identidade pernambucana na moda nesse período.

Palavras-chave: Identidade; Pernambucanidade; Anos 80.

Abstract: *Conflicts between the Lion and the Bahian Woman around the sunshade: the Frevo duplicated and the affirmation of pernambucanidade (1979-1986). The objective to discuss the statement of*

* Mestre em História Social pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: <lpatersa.c@hotmail.com>.

the identity of Pernambuco in the first half of the '80s, from the conflicts generated in the discursive field of Pernambuco in the face of the ownership of the frevo by the people from Bahia. Comparing information from official and non-regular newspapers of the period, into a historical-social approach of the culture, we realize that the frevo, as one of the main identifiers of Pernambuco, came to be taken by some people from Bahia as a definer of Bahia. In a historical moment marked by several crises, complaints of Pernambuco about the Bahia ownership of frevo, were part of wider conjuncture, linked to the values of the Military Regime, to the political openness, to the economic crisis, to the crisis of SUDENE, to the tourism, to the cultural industries and to globalization, who put the identity of Pernambuco in vogue during this period.

Key-words: *Identity; Pernambucanidade; 80 Years.*

A condição de ser duplicado e a crise de identidade: um diálogo entre Tertuliano Máximo Afonso e a pernambucanidade

Tertuliano Máximo Afonso, protagonista de um romance de José Saramago, era um típico homem “moderno” metropolitano afetado pelos excessos, pelo estresse e pelo desgaste na vida pessoal e profissional.¹ Professor de História do ensino secundário, vivia sozinho e aborrecido ou, “para falar com exatidão clínica”, havia se rendido “a temporal fraqueza de ânimo ordinariamente conhecida como depressão.”²

¹ SARAMAGO, José. *O homem duplicado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

² SARAMAGO, op. cit., 2008, p. 7.

Esteve casado, mas sequer lembrava-se das razões que o levaram ao matrimônio e, depois do divórcio, não queria nem pensar nos motivos pelos quais se separou. A julgar pelo poder de sedução que os modismos exercem sobre a juventude para enquadrá-la na lógica da sociedade de consumo, Tertuliano Máximo Afonso teve a sorte de não ter tido filhos.

No que se refere ao seu ofício, o depressivo professor via a cadeira de História como uma fadiga sem sentido e um começo sem fim. No fundo o que ele achava mesmo era que a História deveria ser ensinada do presente para o passado e não o contrário, como normalmente é feito nas escolas ainda hoje.

Mas um dia ocorre o inesperado e a rotina é quebrada. É que ao assistir o filme *Quem porfia mata caça*, sugerido por um colega de trabalho, Tertuliano Máximo Afonso se depara com uma coisa surpreendente que jamais imaginaria ser possível acontecer em toda a sua vida: que ele era um homem duplicado.

O professor vê em Daniel Santa-Clara – pseudônimo de Antônio Claro – ator do filme, o seu sócia, um homem completamente idêntico a ele mesmo. “Um de nós é um erro”, passou a pensar aterrorizado. Situação que só viria a piorar mais tarde, pois não demoraria muito para que ele descobrisse que a total semelhança com seu sócia não se tratava de ambos serem gêmeos, de uma possível clonagem ou de qualquer outra experiência de laboratório.

Apesar de não estar contente com a sua vida, essa situação lhe tirou o sono, afinal, pensava ele, é aceitável que muitas coisas no mundo possam se duplicar – a natureza se repete, pensava – mas os sujeitos, as características que o fazem ser quem é, sua identidade, mesmo que só fisicamente... Isso não!

A ameaça à sua identidade leva Tertuliano Máximo Afonso a uma busca esquizofrênica, a uma verdadeira saga para encontrar-se com o seu sócia, pois, apesar de estar desgostoso com a sua vida, até então o professor de História parecia não ter dúvida de que sua essência era única, que num mundo constituído por bilhões de pessoas, ele, sua identidade, era singular.

Depois de muita procura, chega enfim o momento do encontro, diante do qual ambos olharam-se em silêncio:

[...] conscientes da total inutilidade de qualquer palavra que proferissem, presas de um sentimento confuso de humilhação e perda que arredava o assombro que seria a manifestação natural, como se a chocante conformidade de um tivesse roubado alguma coisa à identidade própria do outro.³

Na ocasião do encontro era impossível que a indagação sobre qual dos dois era um erro não viesse à tona. Para Tertuliano Máximo Afonso a existência de um duplo não só ameaçava claramente quem ele verdadeiramente era, mas colocava a possibilidade perturbadora de ser ele um erro. Isso o levou, inclusive, a combinar uma senha secreta com sua mãe para uma eventual necessidade no caso de perda de sua identidade.

³ SARAMAGO, op. cit., 2008, p. 193.

Apesar de terem decidido se afastar, o professor e seu sócia ainda não eram capazes de imaginar o que o destino teceria para ambos, especialmente porque, apesar de idênticos fisicamente, Tertuliano Máximo Afonso e Antônio Claro eram completamente diferentes. Ao contrário do nobre professor, seu sócia era um homem egoísta, manipulador e cínico, capaz de coisas terríveis para realizar seus desejos mais absurdos. E foi o que fez.

Não demorou muito tempo para que Antônio Claro propusesse a insanidade de passar-se por Tertuliano Máximo Afonso para deitar-se com Maria da Paz, sua noiva. Intimidado pela visível má índole de seu sócia, o professor acaba permitindo mas, sua sede de vingança e de fazer jus a Lei de Talião, conhecida dos seus estudos de História, o leva a fazer o mesmo com Helena, esposa de Antônio Claro, outra inocente desta trama.

Mas o pior estava por vir. Foi quando um acidente de carro na estrada acabou matando Maria da Paz e Antônio Claro que, no momento do acidente, além da mulher, estava com as roupas, o carro e os documentos de Tertuliano Máximo Afonso. Os noticiários logo divulgaram o acidente e a morte do professor de História imediatamente se difundiu. Agora, para o mundo, Tertuliano Máximo Afonso havia morrido.

Diante do ocorrido não restava alternativa ao “verdadeiro” Tertuliano Máximo Afonso, ao perder completa e definitivamente o seu “eu” – embora ainda tivesse o código para ser identificado por

sua mãe – a deixar de ser ele mesmo e a assumir, de uma vez por todas, a identidade de Antônio Claro. Afinal, só se vive e só se morre uma vez. Morto, Tertuliano Máximo Afonso não poderia, mesmo que após algum tempo, morrer outra vez.

Com sua nova identidade o novo Antônio Claro recebe um telefonema de um homem com uma voz idêntica a sua querendo se encontrar. Ao perceber que a história poderia se repetir, troca de roupa, põe uma arma no bolso e sai ao encontro do misterioso homem. Tertuliano Máximo Afonso jamais agiria desta maneira, e na realidade não agiu pois estava morto. Mas também nem estamos falando mais de Tertuliano Máximo Afonso, o finado, e sim de Antônio Claro que, claro, é outro homem.

A história de Tertuliano Máximo Afonso é também a história dos homens duplicados, dos homens – e mulheres – que perderam os referenciais, a ancoragem no mundo social. A obra de Saramago conta, pois – assim como fazem os trabalhos de autores como Stuart Hall, Zygmunt Bauman, Anthony Giddens, Manuel Castells e outros, cada qual a seu modo – a história dos processos de perda da identidade na liquidez do mundo globalizado.⁴

Foi justamente essa sensação de perda dos referenciais, da identidade, num contexto em que o Estado de Pernambuco entrava

⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedeto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005; CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008; GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002 e HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

de cabeça no *hall* da globalização, a mola de muitos discursos sobre uma “identidade pernambucana”, articulada sob o rótulo de “pernambucanidade”. Esses discursos eram também visíveis nas críticas a uma suposta apropriação do frevo pelos baianos, que circulavam em jornais locais na primeira metade dos anos 80.

O frevo, considerado por muitos como sendo tipicamente pernambucano, estava começando a ser tomado como marca da Bahia, gerando assim alguns conflitos no campo discursivo entre o Leão (Pernambuco) e a Baiana (Bahia) em torno da sombrinha (frevo), criando uma espécie de “duplo”, chamado de “frevo baiano”, tomado por muitos pernambucanos como uma ameaça à pernambucanidade.⁵ Mas o que representavam esses discursos que criticavam a tal apropriação?

Neste artigo visamos discutir como os conflitos gerados no campo discursivo em Pernambuco diante da apropriação do frevo pelos baianos, registrados nos jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, fazem parte de um processo mais amplo de afirmação da identidade pernambucana na primeira metade dos anos 80 que, por sua vez, também faz parte de um conjunto de mudanças ainda mais amplas de surgimento e afirmação de identidades no mundo globalizado.

⁵ Embora utilizemos as metáforas de Pernambuco como o “Leão do Norte” – que remetem a ideia, forjada pela elite local, de que Pernambuco seria historicamente predestinado a liderar o Nordeste e insurgir, sempre que preciso, contra o centralismo do governo central – e da Bahia como a “a baiana típica”, não é nosso objetivo reproduzir essas construções históricas. Pelo contrário, ao discutir como o frevo foi alvo de disputa entre pernambucanos e baianos por, supostamente, ser constituinte da identidade de seus Estados, este artigo contribui para mostrar como as identidades, mais especialmente a pernambucana, são fabricadas.

Os jornais que registram esses discursos são de grande importância não apenas pela heterogeneidade discursiva comum a qualquer periódico, mas porque neles também circulavam informações onde os mesmos eram colocados como porta-vozes e símbolos da própria pernambucanidade. Além disso, lá estão contidas várias vozes, às vezes concordantes, às vezes discordantes, sobre múltiplas realidades da época.

Apesar de serem uma construção polifônica, os periódicos não são, como nenhum documento é, lugares onde tudo pode ser dito de qualquer forma por qualquer pessoa e a qualquer momento. Isso faz deles não uma fonte de verdade sobre o passado mas um conjunto de perspectivas sobre os fatos da época, enunciado a partir de um lugar social e institucional que, para ser compreendido mais adequadamente, precisa ser confrontado com documentações de outros lugares institucionais.

Por isso, cruzamos as informações dos periódicos com alguns documentos oficiais, tais como as atas dos Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – onde estão registrados os debates e os projetos em torno do Estado pelos deputados estaduais, incluindo os discursos onde os mesmos fazem utilizações da identidade pernambucana – e o Diário Oficial do Estado – onde

encontramos o registro das ações do governo estadual com relação a diversas coisas no Estado, incluindo aquelas voltadas para a afirmação da pernambucanidade.⁶

Esses documentos que utilizamos aqui foram consultados no período de 2008 a 2011 e podem ser encontrados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Acervo Histórico da Assembléia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), todos na própria cidade do Recife, e no Acervo Digital do Diário de Pernambuco, Acervo Digital do Diário Oficial do Estado e Acervo Digital da ALEPE.

Nos apropriamos dos discursos identitários contidos nesses documentos para compreender, numa perspectiva fundamentada na História Social, o processo de afirmação da identidade pernambucana na primeira metade dos anos 80. Para isso, problematizamos os discursos de alguns pernambucanos sobre a alegada apropriação do frevo pelos baianos, que é metaforicamente representada aqui pela sensação de crise de identidade que provocaria a condição de ser duplicado, como fora o nosso personagem Tertuliano Máximo Afonso.

⁶ Aliás, Afirmação de pernambucanidade foi o título do livro de Roberto Magalhães, publicado em 1986. Ele foi governador do Estado de 1983 a 1985. O livro é uma coletânea dos seus discursos oficiais. Ver MAGALHÃES, Roberto. *Afirmação de pernambucanidade*. Recife: Especial Ltda., 1986.

O frevo duplicado: a sombrinha pernambucana x a sombrinha baiana

Na primeira metade dos anos 80, nos periódicos locais *Jornal do Commercio* e *Diario de Pernambuco*, é possível observar calorosos debates em torno do frevo que, defendia-se com “unhas e dentes”, era genuinamente pernambucano mas estava, segundo alguns, sendo vítima de um verdadeiro plágio empreendido, sobretudo, pelos baianos.⁷ Tornou-se comum falar-se depreciativamente em “frevo baiano” para referir-se a uma suposta apropriação deste ritmo pelos naturais da Bahia.

Na maioria das vezes esses debates aparecem durante o período carnavalesco e no período pré e pós-carnavalesco nas colunas de Cultura desses periódicos. Os colunistas quase sempre se posicionam numa perspectiva voltada para a defesa, preservação ou resgate da cultura popular regional e por isso criticam a tal apropriação do frevo. Podemos ver essa preocupação como uma apropriação do frevo pernambucano e uma depreciação do frevo não-pernambucano em um discurso de Marcus Accioly, no *Diario de Pernambuco* em 1983:

Pernambuco, que já teve de tudo, anda perdendo de tudo. O frevo, por exemplo, de mala e cuia, emigrou para a Bahia. Lá é Osmar, é Caetano, é até Moraes Moreira. E até no Rio, lá é Chico. Porém se o frevo lá pegou e de gaiola mudou – ao contrário do que disse Horácio – de céu e espírito, foi para o céu da boca, para outra boca, enquanto o frevo-cá ainda é frevo Ca-piba, do segundo Capiba, do Capib(a)ribe. O resto é quarta-feira de cinzas.⁸

⁷ Esta é a grafia correta dos dois periódicos, *Diario* (sem o acento) e *Commercio*, com dois “m” e sem acento, que é deste modo por razões históricas.

⁸ *Diario de Pernambuco*, 12 fev. 1983, p. A9.

É bastante visível a preocupação, por parte do colunista, com “a perda” do frevo pelo Estado. Se o Estado se define, entre outras coisas, por aquilo que possui, “a perda do frevo” e de outros elementos representa a perda da própria identidade do Estado. Mas o lamento da perda não apaga o orgulho do autor ao afirmar que o frevo daqui ainda é o melhor, porque é o original, enquanto o resto é resto.

Em outra matéria intitulada “Livro de Baiano exalta a Frevioca”, citando e usando como base o livro *O país do carnaval elétrico*, de Fred de Góes, publicado pela Editora Corrupio, outro colunista pronunciou-se sobre a questão:

O livro faz um paralelo entre as origens do carnaval do Recife, mais particularmente do frevo, com o aparecimento, no cenário da Bahia, do “trio elétrico”. Reconhece a importância, já cantada por Moraes Moreira, do frevo pernambucano no carnaval de Salvador e o desenvolvimento do frevo como um fenômeno nacional. E aí meninos, esta é para vocês, o baiano reconhece e exalta a FREVIOCA como uma criação do carnaval de Recife. [...] Pois é meninos, foi necessário que aparecesse um baiano, estudioso do carnaval [...] em meu favor, um bom baiano, neto de uma pernambucana, para concordar comigo. [...] É isso aí, meninos. Mais uma vez se aplica a nossa paróquia a frase de Oliveira Lima: “Na geografia dos vícios é o Recife a capital da inveja e da cobiça [...]”⁹

Em seu discurso percebemos uma tentativa de forçar a persuasão de seus leitores com o argumento de que o frevo é recifense e, por extensão, pernambucano, através do reconhecimento por parte de um “bom” baiano, que se destaca por ser estudioso e ser “neto

⁹ *Diário de Pernambuco*, 25 abr. 1983, p. A4.

de uma pernambucana”. A argumentação visa rebater um possível argumento oposto, o de que o frevo seria baiano. O colunista encerra com uma citação que acusa indiretamente a apropriação do frevo por outros como resultante de inveja do Recife.

É importante salientar também que dentro do Estado de Pernambuco o frevo é manifestado com maior vigor na sua capital, o Recife. Pernambuco, mas dentro dele o Recife, é tomado como “a terra do frevo”. Desse modo, os discursos que tomam o frevo como maior símbolo da pernambucanidade empreendem um processo de seleção e homogeneização de uma manifestação que é mais particular do Recife, embora o frevo se manifeste também em outras cidades, como Olinda, onde há a predominância do maracatu.

Esta seleção de referenciais específicos da cidade do Recife gera, inclusive, uma disputa, também no campo discursivo, entre Olinda e Recife ou entre os indivíduos que se identificam mais com cada uma dessas cidades. Há muitas vezes um visível conflito entre ambas pelo status de “reduto da pernambucanidade”. Portanto, quando falamos da pernambucanidade estamos falando de discursos que excluem outras cidades do Estado e unificam a identidade estadual em torno de Olinda e, principalmente, de Recife.

Numa matéria intitulada “Carnaval e tradição”, também podemos observar uma postura intolerante com relação ao sócia ou aos sócias do frevo pernambucano. Diferentemente do que chegou a pensar Tertuliano Máximo Afonso diante do seu duplo, “um de nós

é um erro”, o colunista dessa matéria não tem dúvida de que o frevo pernambucano é o original e a manifestação do frevo não pernambucano é depreciado como “cópia defasada” como se fosse um erro:

A força do frevo é tal que transbordou nossas fronteiras e anda, por aí, vestindo roupagens andrajosas, ele que só pousava com luxos. Não nos irrite-mos com as cópias defasadas. Elas atestam a vitalidade do original. E a defesa e a preservação desse, é a nós que compete.¹⁰

Agnes Mariano em sua obra *A invenção da baianidade*, analisando a seleção dos elementos que forjaram uma identidade baiana, uma “baianidade” através das canções, também percebeu certa apropriação do frevo pelos baianos e registrou que nesse período, na Bahia, “de pernambucano, as vezes parece que o frevo já se transforma em autenticamente baiano.”¹¹ Dentre as canções em que analisa a construção de um *ethos* baiano, destacamos uma, analisada pela autora, composta em 1980 por Macedo:

O som do Haváí já era
 Mexicano, quimera
 O fado de cristal, nunca fez mal
 Também o passo doble, já passaram para trás
 E até o tango não se ouve mais
 Som do trio, guitarra baiana no ar
*Frevo quente da Bahia*¹²

¹⁰ *Diário de Pernambuco*, 11 fev. 1983, p. A8.

¹¹ MARIANO, Agnes Francine de Carvalho. *A invenção da baianidade*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 96.

¹² Daqui em diante, todos os destaques em citações são nossos.

Não preciso do roque, só preciso do toque
Envolvente, legal, para o meu carnaval
Vamos cantar, vamos dançar
*Nossa música popular.*¹³

A canção exprime o significado que o frevo possuía naquele momento no Estado da Bahia. O pronome “nossa”, precedido de “música popular”, e a preposição “da”, entre as expressões “frevo quente” e “Bahia” indica a crença, por parte do compositor, na pertença do frevo a Bahia. Agnes Mariano destaca que essa euforia em torno do frevo ocorria mais especificamente em Salvador e os referenciais identitários que definem esta cidade também eram, assim como acontece com Recife e Olinda em relação a Pernambuco, homogêneos e projetados como a identidade da Bahia. A identidade do Estado parece ser sempre uma homogeneização dos referenciais que definem o seu centro hegemônico, que é a capital.

Em uma matéria mais “pacífica”, por assim dizer, da relação entre a Bahia e Pernambuco ou entre baianos e pernambucanos, vemos como os “ritmos” são usados para definir, tanto no discurso imagético, ou seja, na fotografia, quanto nas imagens discursivas, a identidade dos dois Estados e jogar com esses elementos.

¹³ MARIANO, op. cit., 2009, p. 96.

Imagem 1. Baiana representando a chegada do Banco da Bahia (Baneb), em Pernambuco.



Fonte: Diário de Pernambuco, 15 dez. 1981, p. A-5.

No sentido denotativo, o novo ritmo de que o texto fala refere-se à chegada do Banco da Bahia (Baneb), em Pernambuco. Conotativamente, a instalação do banco é representada na imagem fotográfica da baiana, que representa a Bahia ou a identidade baiana, segurando o principal elemento da identidade pernambucana, o frevo, representado na sombrinha. O efeito de sentido da imagem é

reforçado pelas legendas ao lado direito “Frevo, Maracatu, Ciranda” com o frevo, claro, em primeiro lugar na ordem de citação. A imagem e o jargão inicial são reforçados pelo texto:

Vasta e rica é cultura popular pernambucana. Diversificados são os seus ritmos. A Bahia pede licença para trazer um ritmo seu que, com certeza, logo, logo, ganhará sotaque pernambucano. Hoje o Banco do Estado da Bahia S/A – Baneb chega a Recife. Para participar mais de perto da cultura deste Estado, contribuindo com seu ritmo. A partir de agora você e todos os pernambucanos pode contar com a solidez, segurança e ritmo do banco de fê dos baianos [...] venha conhecer os bons e eficientes do Baneb, agora com sotaque pernambucano.¹⁴

Há uma preocupação com o texto em esclarecer que não se trata de “acrescentar” um novo ritmo porque Pernambuco estaria carente do mesmo, mas de enriquecer ainda mais, e com o pedido de licença, a “vasta e rica cultura popular pernambucana”. Para um banco usar um marketing como esse, visando sua aceitação em Pernambuco, podem ser alegadas várias razões – incluindo uma possível tentativa de melhorar a imagem de seu Estado de origem por este estar sendo acusado de apropriação de um ritmo pernambucano – mas uma delas só pode ser pelo fato de que esses ritmos eram realmente levados muito a sério por alguns.

A percepção de que o frevo, considerado por muitos o principal referencial da identidade pernambucana, pudesse estar sendo apropriado pelos baianos e mesmo pelos cariocas, mas especialmente pelos primeiros, gerou, tal como o inusitado e aterrorizante encontro

¹⁴ *Diário de Pernambuco*, 15 dez. 1981, p. A5.

de Tertuliano Máximo Afonso com Antônio Claro, inúmeras reações, mas nenhuma delas foi a aceitação, a compreensão, o amor, ou sequer a amizade, mas a sensação de se estar diante de uma verdadeira ameaça ao que Pernambuco supostamente era na sua essência.

Por isso, assim como Tertuliano Máximo Afonso, os pernambucanos que denunciavam a apropriação do frevo pelos baianos, que parecia gerar uma espécie de “frevo duplicata”, eram homens duplicados. Duplicados por sentirem que estavam perdendo os referenciais, não de sua identidade pessoal, mas de sua identidade coletiva, social, a saber, a identidade pernambucana, a pernambucanidade. Por isso a reação hostil, por isso a afirmação compulsiva do frevo como sendo pernambucano.

Embora hoje seja lugar-comum nas ciências sociais a ideia de que as identidades, pessoais ou coletivas, são construídas por práticas múltiplas, especialmente as discursivas, e que inclusive estão ligadas a concepção do chamado sujeito pós-moderno – um sujeito descentrado, fragmentado, híbrido – a ideia de sujeito e de identidade que norteava as discussões sobre o lugar do frevo na sociedade pernambucana era visivelmente calcada numa concepção sociológica de sujeito e de identidade, filiada a tradição iluminista.

A concepção sociológica de sujeito superou a concepção iluminista pela valorização de outros elementos no processo de constituição do “eu”, como a interação com “o outro”. Mas não se despreendeu totalmente da ideia de sujeito do Iluminismo, que concebia a

pessoa humana “como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior.”¹⁵

O “ser pernambucano” nos discursos de muitos que denunciavam a apropriação do frevo, por exemplo, era numa perspectiva de que a condição de nascimento ou de pertença de um sujeito numa dada região era definidora da verdade interior, do segredo mais íntimo, de diferenças ontológicas dos mesmos com relação aqueles que não nasceram ou não pertencem a essa região. O nascimento na região era definidor do núcleo interior dos seus habitantes. Mas o que estava acontecendo? Por que essas discussões apareciam nos jornais? O que elas representam na conjuntura histórica da época?

A afirmação da pernambucanidade: o rugido do Leão pela posse da sombrinha e outras posses

Os tentáculos da crise econômica nacional no Estado, somados a outros acontecimentos, como a percepção por dados seguidos da ineficácia da SUDENE para a resolução dos problemas regionais, entre outros, criaram a possibilidade de alternativas econômicas que vão aquecer o campo político e cultural. Alternativas que vão desde o fomento ao turismo à mudança, por parte dos políticos locais, das estratégias discursivas adotadas por eles no diálogo

¹⁵ HALL, op. cit., 2005, p. 10.

com o governo federal para angariar fundos e culminarão, entre outras coisas, numa efervescência dos discursos identitários em torno de uma pernambucanidade.

No que tange ao turismo, o mesmo passa a ser considerado por muitos no Estado como uma alternativa econômica viável para aquecer a economia local. Marco Maciel, então governador do Estado (1979-1982), através da Secretaria de Turismo Cultura e Esportes que tinha como secretário o poeta Francisco A. Bandeira de Melo lançou a campanha “Conheça Pernambuco” com o objetivo de fomentar esta atividade no Estado.¹⁶ Nesses mesmos anos foi lançado na Casa da Cultura um jornal turístico, *Cicerone*, e o *Jornal do Commercio* criou uma nova coluna intitulada “Faça turismo”.

Elder Lins Teixeira que, na época, era presidente da Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR) deixa bem claro em um discurso pronunciado em 1983 o que o turismo efetivamente representava para o Estado.

*E é do turismo que haveremos de tirar, unidos governo, empresários, artistas e demais homens do povo, como o somos todos nós, os proveitos de que resultarão benefícios para nosso Estado [...].*¹⁷

O turismo demanda, entre outras coisas, pela definição clara, precisa, objetiva, do que pode ser seu objeto. É preciso definir o que

¹⁶ *Jornal do Commercio*, 4 ago. 1982, p. 20.

¹⁷ *Diário de Pernambuco*, 29 mar. 1983, p. A9. As reformas do Terminal Integrado de Pernambuco (TIPE) e do Aeroporto Internacional dos Guararapes também foram dois fatores que contribuíram significativamente para o fortalecimento do turismo no Estado.

Pernambuco e os pernambucanos possuem de diferente, de atrativo, de exótico para despertar interesse nos turistas. E essa busca por definir vai ser visível nos discursos de sujeitos pertencentes a diversos segmentos sociais. O turismo acaba por se tornar uma das principais molas propulsoras dos discursos sobre uma pernambucanidade no Estado, articulada quase sempre sob os signos de identificação popular que fazem o carnaval de Pernambuco, especialmente o frevo.

O debate sobre as especificidades de Pernambuco, que tem como pano de fundo o desenvolvimento do turismo, vão promover uma intensa discussão sobre o lugar do frevo na sociedade pernambucana. Para uns ele estaria sendo descaracterizado, para outros, esquecido. Havia também os que afirmavam alegremente o seu sucesso para além das fronteiras do Estado e os que criticavam radicalmente uma possível apropriação do ritmo por baianos, como se a patente do mesmo fosse pernambucana.

Sem entrar a fundo na briga dos jornalistas, sujeitos das camadas populares como os compositores de frevo Manoel Gilberto e José Menezes também expressaram seu pensamento sobre o frevo. Apesar de os mesmos não possuírem um canal de comunicação onde pudessem se expressar frequentemente, através dos periódicos locais, que registraram fragmentos de suas falas, percebemos que eles demonstraram entender o que realmente estava por trás daquelas discussões, porque que o frevo tinha que ser preservado e valorizado:

Pernambuco é o único lugar do país que possui música própria para o carnaval e é *isso que tem que ser preservado, porque, inclusive, serve de atração turística [...]*.¹⁸

Na fala desses sujeitos populares, o frevo serve para atrair os turistas e isso é bom para o Estado. E cada vez mais ações do governo e de vários segmentos sociais vão reforçar o turismo. Aos poucos, as indústrias ligadas ao turismo, às indústrias culturais, iam consolidando as especificidades apontadas por muitos como “símbolos da pernambucanidade” em bens de consumo de turistas, e o frevo é o principal deles.

Por outro lado a crise econômica nacional e a crise da SUDENE também fomentaram a manifestação de discursos identitários em torno de uma pernambucanidade no meio político.¹⁹ Praticamente desde a fundação da SUDENE, o principal recurso discursivo usado pelos governadores nordestinos para buscar a atenção do governo federal era “lembrar” o “subdesenvolvimento” da Região Nordeste. Ao perceber que essa estratégia não funcionava como o esperado, os governadores dos Estados nordestinos desenvolveram estratégias próprias para atrair os olhares do poder central. E em Pernambuco não foi diferente.

¹⁸ *Diário de Pernambuco*, 16 fev. 1983, p. A5.

¹⁹ Para uma melhor compreensão da pernambucanidade no discurso dos políticos, ver SILVA, Leandro Patrício da. “*De Guararapes veio tudo*”: representações da pernambucanidade no discurso dos políticos pernambucanos 1979-1986. 2012. 142 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, 2012.

Os governadores pernambucanos passaram a “lembrar” ao governo federal que o Nordeste, e mais especificamente Pernambuco, merecia a sua atenção porque foram os pernambucanos, com “bravura” e “patriotismo”, que “expulsaram os invasores holandeses” no período colonial, garantindo ao Brasil ser hoje o que é. Segundo essa nova retórica, o país teria um “débito”, uma “dívida” com o Estado por não ter dado, historicamente, a atenção que, por justiça, ele mereceria.

Essa retórica na verdade não é nova, é a atualização de uma retórica antiga que sempre emerge entre a elite local nos momentos de ordenamento no diálogo do Estado com o poder central, conforme demonstrou Evaldo Cabral de Mello.²⁰ Essa retórica é também estratégica porque põe em evidência como uma característica típica do pernambucano a “bravura” e o “patriotismo”, ideais extremamente valorizados pelo Regime Militar.

Podemos ver o uso dessa retórica em vários discursos de políticos da época. Na 224ª reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada em 1979, o então governador de Pernambuco, Moura Cavalcanti, próximo do término do seu mandato, defendeu que o “Nordeste quer ser igual às outras regiões do País, igual, porque *deu ao Brasil a condição de ser Nação*. Porque ela aconteceu aqui.”²¹

²⁰ Ver MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*. 3. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008 e MELLO, Evaldo Cabral de. *A Ferida de Narciso*. Ensaios de História Regional. São Paulo: Senac, 2001.

²¹ *Diário Oficial do Estado*, 17 fev. 1979, capa.

Embora o governador fale do “Nordeste”, está, na verdade, se referindo a Pernambuco. Numa reunião onde estão presentes todos os governadores dos Estados nordestinos não faria sentido reivindicar algo do governo federal só para Pernambuco. Do ponto de vista semântico, Moura Cavalcanti pressupõe nos governadores presentes a identificação com o evento da expulsão dos holandeses como parte da história de todos os Estados nordestinos. No seu discurso, notamos ainda que, para ele, o Brasil teria um débito com o Nordeste – e mais especificamente Pernambuco – porque sediou o evento histórico de expulsão dos holandeses.

No seu discurso de posse do cargo de governador do Estado, Roberto Magalhães (1983-1985) utiliza a mesma retórica, incluindo a semântica de pressuposições que embaralha a história de Pernambuco com a história do Nordeste, falando mais abertamente da suposta dívida da nação para com o Nordeste:

É imperativo *saldar essa dívida* social para com a Região que, de maneira tão valorosa e criativa, *participou dos eventos mais decisivos da história brasileira e sempre contribuiu* para a consecução dos mais altos objetivos nacionais [...].²²

Essa “contribuição” dos nativos de Pernambuco teria se dado, como dissemos, através de certos ideais supostamente pernambucanos, ideais que definiriam sua índole, sua identidade e que,

²² Anais da ALEPE, 15 mar. 1983, p. 298. Fragmento do discurso de posse de Magalhães.

estrategicamente, são os mesmos ideais valorizados no Regime Militar, de quem se busca uma maior atenção, como ilustra mais claramente um discurso do deputado Antônio Campelo:

Ideais e tradições de *bravura*, de *patriotismo*, de amor a terra, de liberdade, de civismo. Ideais que *são as características mesmas do velho espírito pernambucano* forjados na campanha contra os holandeses [...].²³

Para acionar, no Estado, a memória social do evento – conhecido na História como “Restauração Pernambucana”, e mais especificamente as suas batalhas principais, as “Batalhas de Guaraupes”, onde os pernambucanos teriam, com “bravura” e “patriotismo”, expulsado os holandeses do Brasil Colônia no século XVII – o governo do Estado adotará uma série compulsiva de medidas que, somadas a toponímia existente no Estado que conservam a memória social do episódio e as efemérides de comemoração de aniversário do mesmo, aquecerão ainda mais o campo político e cultural em torno de um discurso sobre a pernambucanidade.

O governo do Estado e o poder municipal do Recife criaram programas editoriais para apoiar a reedição e escrita de obras que contribuam para reforçar o sentimento de pernambucanidade. A “Coleção Pernambucana” que teve duas fases, de 1975-1979 e 1983-1987, e a “Coleção Recife”, de uma única fase, 1979-1983, faziam parte desses programas editoriais. Porém, a mais importante

²³ Anais da ALEPE, 11 nov. 1985, p. 71. Fragmento de discurso do deputado Antônio Campelo.

dessas obras foi, sem dúvida, a obra *Pernambucanidade: alguns aspectos históricos*, escrita por Nilo Pereira a pedido de Marco Maciel em 1981 e publicada em 1983, no mandato de Roberto Magalhães.²⁴

A obra de Nilo obteve ampla repercussão nos periódicos locais e sua escrita foi acompanhada com notificações periódicas sobre o andamento da escrita da mesma. Embora tendo sido solicitado para reescrever a História de Pernambuco, Nilo optou por escrever o que ele chamou de uma *História da pernambucanidade*, da pernambucanidade no sentido em que falava Gilberto Freyre, autor dessa expressão. Embora reivindicando que sua obra fosse inscrita dentro da Nova História, Nilo reproduz a historiografia tendenciosa do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGFP), do qual fazia parte, com sua versão local da História Nacional.

Outra coisa importante que se somará as comemorações anuais da Restauração Pernambucana, das Batalhas de Guararapes, será a criação da Ordem do Mérito dos Guararapes. A Ordem era uma espécie de sociedade maçônica independente destinada a agraciar personalidades importantes e selar alianças políticas e tinha como Grão-Mestre o governador do Estado. Foi criada pelo Governo Moura Cavalcante e amplamente valorizada no Governo Maciel e no de seus sucessores na primeira metade dos anos 80. A Ordem era formada pelos agraciados com a Medalha dos Guararapes que simbolizava a mais alta e importante condecoração do Estado.

²⁴ PEREIRA, Nilo de Oliveira. *Pernambucanidade: alguns aspectos históricos*. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1983, 3 v.

Nesse contexto, em 1982, Olinda é declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, a segunda cidade do país a receber esse título, e isso faz com que a atenção do país inteiro e mesmo de vários países do mundo se voltassem para Olinda.²⁵ Essa visibilidade que a cidade e, por extensão, o Estado passou a ter se constituiu numa oportunidade para barganhar tantas coisas que não foi desprezada de modo algum pela classe política do Estado. Mesmo quando ainda tramitavam as eleições das cidades que seriam Patrimônio Mundial, Germano Coelho, o então prefeito de Olinda, escreveu uma carta ao Papa João Paulo II onde pedia que a cidade fosse transformada em Sólido Cardinalício e Dom Helder Câmara seu primeiro cardeal. Coelho destacou o “currículo” da cidade afirmando:

Pequena em dimensão, *Olinda é grande na História*. Primeiro rebento cristão, nas terras da Vera Cruz. Precursora do sentimento brasileiro da nacionalidade. Berço das revoluções libertárias. Da Restauração Pernambucana. Da independência do Brasil. Da abolição da escravatura. Da república. *Matriz de toda a civilização urbana e rural do país.*²⁶

Em muitos outros discursos de muitos políticos, inclusive do próprio Germano Coelho, essas “informações curriculares” são atribuídas ao Estado de Pernambuco, mas nesse discurso são apresentadas como sendo de Olinda. Existem ainda outros discursos que atribuem essas características a Recife. Ou seja, o que se percebe é que, na verdade, esses referenciais identitários são utilizados como

²⁵ Esse tombamento de Olinda estimulará uma política de tombamentos estadual de espaços históricos e culturais.

²⁶ *Diário de Pernambuco*, 7 jul. 1980, p. A22.

se convém, dependendo da situação. E apresentá-los como sendo de Olinda nesse momento é conveniente, pois quem fala é o prefeito de sua cidade. Mas são esses referenciais que compõem as representações da pernambucanidade no meio político, embora sejam também apresentados como sendo ora de Olinda, ora de Recife.

Além disso, a realização das eleições diretas para governadores e a eliminação das eleições indiretas para senadores em 1982 foram importantes acontecimentos nesse processo de efervescência em torno da pernambucanidade. Os políticos, que antes eram inseridos no poder pelo voto indireto, independentemente de sua aceitação popular, precisavam apenas demonstrar, para o Regime, que suas práticas eram condizentes com os seus interesses. A partir do momento em que essa escolha passa para o povo, torna-se necessária a elaboração, por esses políticos, de estratégias discursivas que visem persuadir o povo a legitimar seus projetos e o clamor a uma rede de solidariedades ampla, a pernambucanidade, se constituirá numa importante forma de conseguir a aceitação popular.

Na interpelação popular por meio do clamor à pernambucanidade, através da qual se busca aceitação, os políticos pressupõem e fomentam o “orgulho” nos pernambucanos, pelas suas supostas tradições libertárias, pelo seu suposto pioneirismo, como nesse discurso de Felipe Coelho, em 1983, na época, presidente da Assembleia Legislativa do Estado:

Nós, pernambucanos, não podemos ocultar o *orgulho* que nos toma por pertencermos a um Estado que, na História, se destaca como precursor do sentimento nativista [...].²⁷

Junto com o orgulho, muitos políticos fomentavam também, inflamadamente, o “ressentimento”, o ódio que, junto com o orgulho, visam levar os pernambucanos a não aceitarem que o Estado não recebesse a atenção merecida do governo federal, já que Pernambuco – defendia-se – teria garantido ao Brasil “ser o que é”, sendo uma injustiça tal situação. Mas não eram todos os políticos que usavam essas estratégias, muitos inclusive criticavam essa postura, como é o caso do deputado Mansueto de Lavor, que criticava essa atitude no deputado Severino Cavalcanti:

Deputado Severino Cavalcanti, mais uma vez V. Exa. [...] *inflamadamente* denuncia as *injustiças*, as *discriminações* contra o Nordeste, com os Estados Nordestinos, especificamente, contra aquele que antigamente era considerado o Leão do Norte.²⁸

O que se vê é que várias coisas estavam acontecendo na primeira metade dos anos 80 que fizeram emergir discursos em torno de uma identidade pernambucana e o frevo era o principal referencial identificador da cultura popular do Estado ou, pelo menos, do seu centro hegemônico, o Recife. Desse modo, qualquer agente individual ou coletivo que tente se apropriar desse referencial e fazer dele uma característica sua é visto como uma ameaça.

²⁷ *Diário de Pernambuco*, 9 mar. 1983, p. A4. Fragmento do discurso do deputado Felipe Coelho.

²⁸ Anais da ALEPE, 3 dez. 1979, p. 386.

Considerações finais

Parece que, como disse Antônio Paulo Rezende, “nos momentos de crise o discurso da pernambucanidade é retomado com insistência.”²⁹ Foi isso que pudemos perceber na primeira metade dos anos 80 no Estado de Pernambuco. A crise econômica levou ao fomento do turismo que, por sua vez, fez emergir um discurso identitário. A crise da SUDENE, por sua vez, promoveu um deslocamento na retórica dos políticos locais com o governo federal, em que aqueles visavam buscar a atenção deste através do clamor às supostas glórias do passado pernambucano, onde Pernambuco teria garantido ao Brasil ser uma nação.

Para legitimar ainda mais que as glórias do passado a que os políticos locais se referiam no diálogo com o governo federal não eram uma invenção, mas algo sentido por todos os pernambucanos, o governo local adotou uma série de medidas destinadas a dar visibilidade a memória social do Estado, como a criação de uma política de tombamentos em âmbito estadual, a criação de programas editoriais, a criação e valorização da Ordem do Mérito dos Guararapes e aproveitou as atenções voltadas para Olinda, que era declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, para barganhar com o poder central e outras instâncias de poder.

²⁹ REZENDE, Antônio Paulo (Org.). *Pernambucanidade: o desafio de renovar-se*. Recife: TGI, 1997, p. 110.

A abertura política também contribuiu para a efervescência em torno da pernambucanidade. Se por um lado se jogava com os ideais do Regime Militar como os de “bravura” e o “patriotismo”, colocando os mesmos como traço dos pernambucanos, por outro, a redemocratização também leva os políticos a fazerem uso do discurso identitário. Pois, precisando agora ter seus mandatos legitimados pelo povo, o clamor a uma pernambucanidade se apresenta como uma importante forma de acionar a identificação, fazendo também com que a pernambucanidade entre na moda, como chegou a dizer uma ex-colunista do *Jornal do Commercio* da época, Isnar Moura, escrevendo sobre Ulisses Pernambucano:

Quando a pernambucanidade está na moda, no sentido que lhe atribui Gilberto Freyre, atreve-se esta ex-colunista do JC a acordar a intelectualidade nativa para o nonagenário de nascimento de um filho da terra que tem até no seu nome o selo da sua naturalidade.³⁰

Com tudo isso, notamos que os conflitos gerados entre pernambucanos e baianos no campo discursivo pela “posse” do frevo estão ligados a uma conjuntura mais ampla que transformou a afirmação da pernambucanidade em moda. Somente atentando para a conjuntura histórica do Estado no período, onde se verificam muitas mudanças, especialmente nos campos político, econômico e cultural, é que entendemos que as discussões sobre um “frevo duplicado” são apenas algumas das múltiplas manifestações do discurso identitário no Estado de Pernambuco. Mas só assim podemos entender, entre outras coisas, os conflitos entre o Leão e a Baiana em torno da sombrinha.

³⁰ *Jornal do Commercio*, 7 fev. 1982, p. 21.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MARIANO, Agnes Francine de Carvalho. *A invenção da baianidade*. São Paulo: Annablume, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*. 3. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Ferida de Narciso*. Ensaios de História Regional. São Paulo: Senac, 2001.

REZENDE, Antônio Paulo (Org.). *Pernambucanidade: o desafio de renovar-se*. Recife: TGI, 1997.

SARAMAGO, José. *O homem duplicado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Leandro Patricio da. *“De Guararapes veio tudo”*: representações da pernambucanidade no discurso dos políticos pernambucanos 1979-1986. 2012. 142 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, 2012.

Fontes

Anais da ALEPE, 3 dez. 1979, p. 386.

Anais da ALEPE, 15 mar. 1983, p. 298.

Anais da ALEPE, 11 nov. 1985, p. 71.

Diario de Pernambuco, 12 fev. 1983, p. A9.

Diario de Pernambuco, 11 fev. 1983, p. A8.

Diario de Pernambuco, 16 fev. 1983, p. A5.

Diario de Pernambuco, 9 mar. 1983, p. A4.

Diario de Pernambuco, 25 abr. 1983, p. A4.

Diario de Pernambuco, 7 jul. 1980, p. A22.

Diario de Pernambuco, 15 dez. 1981, p. A5.

Diário Oficial do Estado, 17 fev. 1979, capa.

Jornal do Commercio, 7 fev. 1982, p. 21.

Jornal do Commercio, 4 ago. 1982, p. 20.

MAGALHÃES, Roberto. *Afirmção de pernambucanidade*. Recife: Especial Ltda., 1986.

PEREIRA, Nilo de Oliveira. *Pernambucanidade: alguns aspectos históricos*. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1983, 3 v.

Recebido em 2 de dezembro de 2011; aprovado em 19 de março de 2012.